



**UFMG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A CONSTRUÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E FORMAS DE
PARTICIPAÇÃO**

DANIELA DO CARMO PEREIRA

BELO HORIZONTE, 2013

UFMG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

**A CONSTRUÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E FORMAS DE
PARTICIPAÇÃO**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Jussara Bueno de Queiroz Paschoalino do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

DANIELA DO CARMO PEREIRA

A CONSTRUÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

Trabalho de conclusão de curso TCC apresentado em _____ de julho de dois mil e treze, como requisito necessário para obtenção do título Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome Completo do Professor (a) – Avaliador

Prof. Nome Completo do Professor (a) – Orientador

Prof. Nome Completo – Cursista

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por tudo o que me tem permitido realizar e pelas pessoas preciosas que Ele me reservou: familiares e amigos que muito me incentivaram, e em especial, os meus pais, que em todos os momentos estiveram presentes com amor, compreensão e apoio.

EPÍGRAFE

A pessoa conscientizada tem uma compreensão diferente da história e de seu papel.

Recusa acomodar-se, mobiliza-se, organiza-se para mudar o mundo.

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho analisa a construção da gestão democrática e formas de participação, tendo em vista as experiências vivenciadas na escola EMAZ, localizada no Município de Ribeirão das Neves. As reflexões realizadas mostram as ações cotidianas no ambiente escolar que se pautam em princípios democráticos. Nesta perspectiva, foram destacadas a importância dos processos de escolha de dirigentes, da criação de Conselhos Escolares e da construção do Projeto Político Pedagógico para a efetivação de uma educação de qualidade.

Palavras chave: gestão democrática, escolha de dirigentes, projeto político pedagógico, conselhos escolares.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO..... | 7 |
| A CONSTRUÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E FORMAS DE PARTICIPAÇÃO | 8 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 13 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 14 |
| ANEXO Projeto Político Pedagógico..... | 16 |

INTRODUÇÃO

Os princípios da gestão democrática sempre fizeram parte das reivindicações dos movimentos sociais em prol de uma educação pública que garantisse acesso, permanência e qualidade educacional, conforme ressaltam Oliveira (2006) e Souza (2005).

As conquistas desses princípios foram expressas nos ditames legais, especialmente, a partir da Constituição Federal de 1988 que estabeleceram princípios para a educação brasileira, como igualdade, gratuidade, liberdade e gestão democrática.

Em consonância com a Lei Maior, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996. A LDB 9394/1996 estabeleceu e regulamentou as diretrizes gerais para a educação em seus sistemas de ensino, resguardando assim o princípio de gestão democrática. (BRASIL, 1996).

Assim, a LDB ressaltou que:

Art. 14º. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996).

Nota-se, portanto, que para a efetivação de uma gestão democrática no campo educacional se faz necessário o envolvimento de todos os segmentos na tentativa de elaborar uma proposta pedagógica que vá de encontro às concepções de educação a que a escola se propõe.

A democratização da gestão é defendida enquanto possibilidade de melhoria na qualidade pedagógica do processo educacional das escolas, na construção de um currículo pautado na realidade local, na maior integração entre os agentes envolvidos na escola – diretor, professores, estudantes, coordenadores, técnico-administrativos, vigias, auxiliares de serviço – no apoio efetivo da comunidade às escolas, como participantes ativa e sujeito do processo de desenvolvimento do trabalho escolar. (DOURADO, OLIVEIRA e MORAES, s/d, p.4).

A afirmação do autor apresenta um panorama para que as ações no cotidiano escolar sejam pautadas em princípios democráticos. Assim, faz-se necessário que as instituições escolares aprimorem os processos de escolha dos dirigentes

escolares, criem órgãos colegiados na escola, realizem a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico (PPP), lute pela progressiva autonomia da escola. (BRASIL/MEC, 2004)

Nesse sentido, o presente trabalho faz uma análise crítica da gestão democrática tendo em vista as experiências vivenciadas em uma escola da rede Municipal de Ribeirão das Neves, a que dei o nome fictício de EMAZ.

A CONSTRUÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

A gestão democrática deve ser entendida como:

[...] o processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola. (SOUZA, 2006, p.144).

A perspectiva do autor supracitado implica que no cotidiano escolar ocorram processos de organização e de gestão que resultem em compartilhar as ações e tomadas de decisões através do trabalho coletivo, pois é importante entender a participação enquanto um ato voluntário e não um mecanismo formal, legitimador de decisões centralizadas. (SOUZA, 2006).

Assim, durante todo o processo da gestão democrática é necessário uma busca constante pelo diálogo na garantia de que as tomadas de decisão, desde as mais simples até as mais complexas, contemplem todos os segmentos da comunidade escolar. (SOUZA, 2005) (DOURADO, OLIVEIRA e MORAES s/d).

A escola é um espaço de contradições e diferenças. Nesse sentido, quando buscamos construir na escola um processo de participação baseado em relações de cooperação, no trabalho coletivo e no partilhamento do poder, precisamos exercitar a pedagogia do diálogo, do respeito às diferenças, garantindo a liberdade de expressão, a vivência de processos de convivência democrática, a serem efetivados no cotidiano, em buscada construção de projetos coletivos. (BRASIL/MEC, 2004, p.24)

Nesse sentido, a escola tem a figura do gestor como central ao buscar a construção de novas maneiras de se partilhar o poder de decisão, pois como

ressalta Souza (2006) a escolha de um dirigente é sempre um ato político, independente da forma como ocorreu essa escolha, seja por eleição ou indicação.

O modo como ocorre à escolha desse dirigente pode interferir no processo de democratização da gestão no ambiente escolar, acarretando muitas vezes em uma lógica hierárquica que impossibilita a participação coletiva, e visa somente uma gestão centrada na figura do diretor, sem que se considerem decisões compartilhadas que resultem na participação de todos. (SOUZA, 2006).

Atualmente o Município de Ribeirão das Neves apresenta como modalidade de gestão escolar a livre indicação dos diretores.

A livre indicação dos diretores pelos poderes públicos se identifica com as formas mais usuais de clientelismo. O critério de escolha era favorecimento, sem considerar a competência ou o respaldo da comunidade escolar. Essa lógica eliminava qualquer candidato que se opusesse à força do prefeito ou do governador. Permitia a transformação da escola em espaço instrumentalizador de práticas autoritárias, evidenciando forte ingerência do Estado na gestão escolar. (DOURADO, OLIVEIRA e MORAES s/d, p. 5).

Tendo em vista que o município elege os diretores escolares por meio de indicações políticas foi possível perceber que há nas escolas uma grande rotatividade de gestores, como é o caso da EMAZ, que em um período de seis anos, teve quatro diretores no mandato, pois não foram considerados eficientes para exercerem o cargo. Muitas vezes, o que ocorre também é uma troca de gestores por escolas, apenas alternando entre elas aqueles diretores que politicamente são considerados eficientes para exercerem mandatos nas escolas.

Ressalta-se ainda, que a indicação de diretores por parte do poder público representa em alguns casos uma gestão escolar entendida como “cargo de confiança”, em função da troca de favores na ocupação do emprego público. (SOUZA, 2006)

Nesse sentido, é possível notar que apenas o favorecimento político é usado com critério para gerir uma escola. Outros processos de decisão não são mencionados e a cada final de ano há sempre a incerteza se no ano seguinte ter-se-á o mesmo gestor ou se ele será destituído do cargo.

Para Souza (2006) as indicações de diretores carregam uma forte carga política, considerando que representam uma intervenção direta do poder público nas

escolas ou a utilização da direção escolar como peça político-partidárias nas políticas regionais ou locais.

Diante desse quadro, nem sempre é possível garantir que as tomadas de decisões no cotidiano escolar ocorram de forma democrática, pois as ações dos gestores sofrem a influência direta da Secretaria de Municipal de Educação – SMED. Assim, normalmente a SMED determina as orientações e organização das escolas e não permite ao gestor escolar criar mecanismos de participação. Como exemplo pode-se citar a falta de autonomia financeira presente nas escolas.

Vale ressaltar, que na tentativa de mudar esse quadro, os profissionais da educação juntamente com o Sindicato lutam para que a escolha dos dirigentes escolares ocorra através de eleições diretas.

As eleições diretas para diretores, historicamente, têm sido a modalidade considerada mais democrática pelos movimentos sociais, inclusive trabalhadores da educação em seus sindicatos. Mas ela não está livre de uma grande polêmica. A defesa dessa modalidade vincula-se à crença de que o processo conquista ou retoma o poder sobre os destinos da gestão. A eleição direta tem sido apontada como um canal efetivo de democratização das relações escolares. Trata-se de modalidade que se propõe valorizar a legitimidade do dirigente escolar como coordenador do processo pedagógico no âmbito escolar. (DOURADO, OLIVEIRA e MORAES, s/d, p. 8).

É preciso levar em consideração que embora as eleições para escolha de diretores partam de um princípio democrático, nem sempre, serão a garantia da democratização da gestão, pois é necessário que se rompa com as práticas conservadoras presente nas escolas. Portanto, outros mecanismos como a construção do Projeto Político Pedagógico e a criação de Conselhos Escolares devem ser prioridades nas ações vivenciadas na escola para a garantia de uma gestão democrática. (MARQUES, 2006), (SOUZA, 2005), (DOURADO, OLIVEIRA e MORAES s/d).

Consideram-se relevante que durante o ano de 2012 iniciaram-se por parte da Secretaria Municipal de Educação, durante os plantões de diretores, discussões sobre a elaboração do PPP nas escolas. É possível considerar como uma importante abertura para o processo de democratização do município, pois a construção do projeto político pedagógico representa um processo democrático que visa superar as práticas autoritárias presentes no cotidiano escolar, pois tem como

eixo principal a participação de todos os atores sociais. (OLIVEIRA, 2010) (BRASIL/MEC, 2004).

O PPP da escola deve, de fato, mostrar a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Nesta direção, o PPP, ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de *educar bem* e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento. Assim, o PPP deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar. (OLIVEIRA, 2010, p. 1).

Cabe ressaltar que a EMAZ realizou durante as reuniões pedagógicas a reelaboração do PPP tendo como ponto de partida a participação de todos os segmentos escolares. Notou-se que as pessoas envolvidas na reestruturação do PPP, comunidade, alunos, docentes, coordenação e direção demonstraram comprometimento com as novas propostas pedagógicas a fim de assegurar que a escola tenha como princípio a busca por qualidade educacional, acesso e permanência de seus educandos.

Em contrapartida, as reflexões sobre os limites de uma gestão escolar por indicação política, vale salientar que, a direção da EMAZ, embora exerça sua função em cargo comissionado na atual gestão tem procurado agir democraticamente. Os indícios destes argumentos se sustentam pela abertura ao diálogo e a proposta de realizar suas ações que envolva a participação de todos nas tomadas de decisão sobre a escola.

Nesta perspectiva, de abertura para a participação pressupõe que: “[...] a gestão democrática é a expressão de um aprendizado de participação pautado pelo dissenso, pela convivência e respeito às diferenças em prol do estabelecimento de espaços de discussão e deliberação coletivos”. (DOURADO, OLIVEIRA e MORAES, s/d, p. 7).

Com esta compreensão, os dirigentes escolares da EMAZ, tendo em vista a importância de se agir buscando a democracia no ambiente escolar realizaram recentemente eleição para o Colegiado Escolar.

Atualmente o Conselho Escolar se reúne sempre que convocado para a prestação de contas e para a demanda de alguns casos internos, que precisam ser resolvidos com alunos e funcionários, normalmente em situações relacionadas à indisciplina na escola.

Percebe-se, então que a EMASZ propõe espaços de discussões, mas necessita ampliá-los de forma a buscar uma maior participação da comunidade nos processos decisórios, conscientizando os envolvidos de que eles podem interferir nas ações cotidianas da escola. Neste sentido, a EMASZ se propõe a superar os processos centralizados e vivenciar formas colegiadas de gestão que proporcionará progressivamente atuar de forma autônoma.

Para Marques (2006), o “Conselho Escolar é definido como uma instância de discussão, negociação e decisão, onde a hierarquia dos cargos é substituída pela representatividade de interesses dos diferentes segmentos da escola”. (MARQUES, 2006, p. 518).

O referido autor ressalta ainda que:

[...] os conselhos escolares tem natureza consultiva, deliberativa e fiscalizadora, constituindo-se num órgão máximo da escola. Cita algumas funções:

- Garantir a gestão democrática da escola;
- Zelar pela qualidade da educação escolar oferecida à população;
- Assegurar a articulação da escola com a comunidade;
- Acompanhar e fiscalizar os trabalhos da escola;
- Promover a divulgação das ações da escola na comunidade interna e externa;
- Manter articulação com a Secretaria de Educação, visando assegurar as condições necessárias ao funcionamento adequado da escola;
- Coordenar e discutir a elaboração do Projeto Político Pedagógico e acompanhar sua execução, em conjunto com a equipe diretiva;
- Aprovar projetos pedagógicos que desencadeiam ações educativas,
- Propor, apoiar e defender medidas que visem à melhoria da organização e do funcionamento da escola, dentre outras. (MARQUES, 2006, p. 518).

É possível perceber que os Conselhos Escolares desempenham um papel de extrema importância nas ações cotidianas do ambiente escolar, abordando questões tanto pedagógicas quanto administrativas e financeiras, bem como, contribuem para o processo de fortalecimento da gestão democrática, através da participação de diversos atores sociais, articulando escola e comunidade na proposta de uma educação de qualidade, que visa à construção de uma sociedade mais justa, humana, solidária e igualitária. (BRASIL/MEC, 2004).

Assim, para que a escola consiga a democratização da gestão escolar faz-se necessário superar os processos centralizados de decisão e partir para a ênfase na gestão colegiada, de forma que as decisões venham das discussões coletivas, num

processo de ação/ reflexão/ ação, garantindo-se então, a autonomia da gestão escolar. (BRASIL/MEC, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fato que a legislação vigente LDB 9394/96 abordam de forma sistemática e com grande importância as questões educacionais, sendo, portanto uma das funções do gestor escolar fazer com as leis sejam cumpridas. (BRASIL, 1996).

Dessa forma, foi fundamental para a EMAZ buscar o princípio da gestão democrática por meio do Projeto Político Pedagógico, que articulou as ações da escola de forma coletiva.

Salientamos que, as amarras no processo democrático da escola ainda estão presentes pela influência direta da SMED na escola. Entretanto, a abertura por meio dos textos legais e pela mobilização da comunidade escolar para a elaboração coletiva do PPP já designam novos caminhos.

Sabemos que a democratização da escola é um processo de conscientização e participação coletiva da comunidade escolar. Assim a EMAZ começou a dar os primeiros passos para a construção de uma escola pautada pelos ditames da democracia.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 01 de Maio de 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Vol. 05. 2004.

DOURADO, Luiz Fernandes. OLIVEIRA, João Ferreira. MORAES, Karine Nunes, **Gestão Escolar Democrática: Definições, Princípios, Mecanismos de sua implementação**. Disponível em: http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/80/moddata/data/3941/4676/21782/Gestao_Escolar_Democratica.pdf. Acesso em 08 de Junho de 2013.

MARQUES, Luciana Rosa. Caminhos da democracia nas políticas de descentralização da gestão escolar. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 53, p.507-525, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362006000400007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 de Junho de 2013.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola**. 2010. Disponível em http://escoladegestores.mec.gov.br/site/2-sala_projeto_vivencial/pdf/. Acesso em 19 de Outubro de 2012.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A gestão democrática da educação no contexto da reforma do estado. IN: FERREIRA, Naura Syria Capareto (Org.) **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 91-112.

SOUZA, Ângelo Ricardo. **Perfil da Gestão Escolar no Brasil**. 2006. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.nupe.ufpr.br/angelotese.pdf>>. Acesso em: 10 de Junho de 2013.

_____ **Planejamento e trabalho coletivo**. Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: Ed. da UFPR. 2005, p.15-22. 68 p.

ANEXO: Projeto Político Pedagógico



UFMG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO DA
ESCOLA MUNICIPAL LUIZA AUGUSTA GUIMARÃES**



**ADRIANA DE JESUS TORRES MAIA
BRUNA SIQUEIRA DOS SANTOS FRANCA
DANIELA DO CARMO PEREIRA
SANDRA MARIA DA COSTA REZENDE**

RIBEIRÃO DAS NEVES, 2013

ESCOLA MUNICIPAL LUIZA AUGUSTA GUIMARÃES

PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL LUIZA AUGUSTA GUIMARÃES

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Andrea Boy do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

RIBEIRÃO DAS NEVES, 2013

SUMÁRIO

| | |
|--------------------------------------|----|
| INTRODUÇÃO | 3 |
| Identificação da escola | 4 |
| Características da instituição | 5 |
| 1. FINALIDADES DA EDUCAÇÃO | 6 |
| 2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL | 7 |
| 3. CURRÍCULO | 12 |
| 4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES | 15 |
| 5. PROCESSOS DE DECISÃO | 18 |
| 6. RELAÇÕES DE TRABALHO | 19 |
| 7. AVALIAÇÃO | 20 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 23 |
| REFERÊNCIAS | 24 |

INTRODUÇÃO

A instituição escolar como berço educativo da sociedade deve partir dos princípios da igualdade, qualidade, gestão democrática, liberdade e valorização do magistério para que em âmbito escolar seja real a condição de acesso e permanência com iguais condições para todos os inseridos no processo de ensino/aprendizagem.

Diante disso, para concretizar os objetivos e metas que a escola deseja alcançar é necessário elaborar um documento contendo o conjunto de ações e aspirações da escola. Esse documento que denominamos projeto político pedagógico (PPP).

O PPP irá nortear e acompanhar o processo educativo, bem como as decisões administrativas. Deve contemplar o conjunto de princípios que identificarão a escola: sua missão, clientela, dados sobre aprendizagem dos alunos, relação com a família, recursos e diretrizes pedagógicas, plano de ação, etc.

Conceitualmente se define PPP como:

É **projeto** porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo.

É **político** por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir.

É **pedagógico** porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.” (Lopes, 2010)

Dessa forma:

O PPP deve ser um documento que mostre de fato a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Deve considerar a escola como espaço de construção coletiva, direcionar sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de *educar bem* e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento. Assim, o PPP deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar.(Oliveira, 2010, pag.1)

Com o apoio da Secretaria Municipal de Educação (SMED) iniciou-se a reelaboração do PPP da escola, tendo em vista as várias mudanças pelas quais a mesma havia passado, no sentido de que, muitas das respostas para os problemas do dia-a-dia, deveriam ser repensados. Partiu-se do princípio de que é

extremamente relevante pensar na função social da escola, buscando um trabalho pedagógico que promova a socialização da cultura, de forma que a escola fosse considerada um campo de possibilidades, de ação/reflexão/ação devido à sua dinamicidade.

A direção e as pedagogas da escola participaram de cinco reuniões de capacitação promovidas pela SMED para implantação / reestruturação do PPP.

Posteriormente durante os módulos pedagógicos foram realizadas discussões com a participação da comunidade escolar. Nesses momentos foram abordadas questões como: a importância do PPP, marco referencial (processo de execução), fundamentação teórica, diagnóstico e possíveis dúvidas. O primeiro debate teve como foco o marco situacional (a realidade global existente) conhecendo os conflitos e contradições da comunidade, no segundo debate o marco doutrinal (a realidade global desejada), a concepção da educação e a formação social do ser humano e no terceiro momento o marco operacional (a realidade desejada do campo de ação da instituição) quando foram implantadas as decisões e objetivos pré-definidos coletivamente.

Percebe-se que as pessoas envolvidas nesse processo, comunidade, alunos, docentes, coordenação e direção demonstraram comprometimento com a educação e com novas propostas pedagógicas para atuarem efetivamente buscando a qualidade educacional, acesso e permanência.

Identificação da escola

Escola Municipal Luiza Augusta Guimarães localiza-se na Avenida Elvis Aron Presley, nº 76- Bairro Neviana, Ribeirão das Neves, telefax: 3624-7955, e-mail: escolalag@yahoo.com.br.

A Escola foi criada pela Lei Municipal nº 746/86, de 27 de junho de 1986, justificada pela necessidade de atendimento a demanda existente, evitando-se a caminhada de 4 km (ida e volta) em via de acesso perigosa, que havia provocado a morte de um aluno. Foi inaugurada em 16 de fevereiro de 1987, atendendo 140 alunos de 1ª a 4ª série com o objetivo de prestar assistência à comunidade local. É uma entidade de direito público, que tem como entidade mantenedora a Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves.

Características da Instituição

Esta instituição de ensino oferta o Ensino Fundamental, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), os programas “Mais Educação” e “ Escola Aberta” de iniciativa do Governo Federal, implantados no ano de 2009.

No Ensino Fundamental atende cerca de 800 alunos, a EJA possui aproximadamente 80 estudantes e o Programa Mais Educação em torno de 80 alunos. Nos finais de semana oferece através do Programa Escola Aberta diversas atividades desportivas e culturais a toda a comunidade.

Para compor o grupo docente a escola possui uma diretora e duas vice-diretoras, quatro especialistas, cinquenta e quatro docentes, quatro secretárias e uma bibliotecária. O serviço de limpeza, portaria e cantina é terceirizado pela empresa CONSERVO.

A escola possui 15 salas de aulas, 01 sala onde é realizado o projeto de alfabetização (PROALE) esta intervenção é feita por um professor extra, 01 sala de informática com 06 computadores, 01 sala para professores, 01 sala para coordenação pedagógica, 01 sala para secretaria, 01 sala para direção escolar, 01 sala onde funciona a reprodução de material (xérox), 01 sala multifuncional para atendimento dos alunos de inclusão das escolas da região, 01 sala para montagem do laboratório, 03 banheiros de uso dos funcionários, 02 banheiros de usos dos alunos, 01 refeitório, duas quadras, 01 biblioteca.

Temos em nosso acervo os seguintes equipamentos: 04 televisores, 04 aparelhos de dvd, 03 caixas acústicas, 02 notebooks, 09 computadores, 07 impressoras, 01 máquina de Xerox, 03 datashow, 04 microssistem, 01 filmadora, 01 máquina fotográfica, 01 teclado musical. Como recursos pedagógicos a escola adquiriu diversos jogos: dama, xadrez, jogos da velha, futebol, dominós, quebra-cabeça, perfil, dentre outros.

A instituição atende as comunidades dos bairros Neviana e Jardim Colonial. Percebe-se que a comunidade encontra-se em situação de risco social. Os bairros oferecem poucas opções de lazer e cultura. Alguns alunos vivem em situação de abandono, pois os pais trabalham diariamente e não possuem condições de acompanhá-los.

Diante disso, a escola propõe convergir seus esforços para consolidar uma ampla integração com a comunidade e as famílias, pois considera primordial no processo de ensino aprendizagem a participação efetiva dos mesmos. Segundo Polônia e Dessen (2005, p.304):

Quando a família e a escola mantêm boas relações, as condições para um melhor aprendizado e desenvolvimento da criança podem ser maximizadas. Assim, pais e professores devem ser estimulados a discutirem e buscarem estratégias conjuntas e específicas ao seu papel, que resultem em novas opções e condições de ajuda mútua (Leite & Tassoni, 2002). A escola deve reconhecer a importância da colaboração dos pais na história e no projeto escolar dos alunos e auxiliar as famílias a exercerem o seu papel na educação, na evolução e no sucesso profissional dos filhos e, concomitantemente, na transformação da sociedade.

Portanto durante todo o ano letivo são realizados eventos sócio-culturais como: Festa da Família, Festa Junina, Mostra Cultural, reuniões para apresentação e avaliação do trabalho realizado pela escola no intuito de promover uma aproximação maior entre família/escola e contribuir para um melhor aprendizado e desenvolvimento dos alunos.

FINALIDADES DA ESCOLA

A Escola Municipal Luiza Augusta Guimarães embasada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB 9394/96 tem como finalidade formar e construir uma sociedade justa, igualitária, de valores e conhecimentos, ajudando no desenvolvimento integral dos alunos e comunidade, garantindo o direito de acesso e permanência e gratuidade do ensino.

Considerando que a escola é um espaço democrático e participativo tem como um de seus objetivos proporcionar o exercício de uma cidadania emancipadora, autônoma, inclusiva, transparente e que respeite à pluralidade cultural. Dessa forma, dialoga com a LDB em seus art. 2º e 3º:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial.

A escola também tem como foco ser um espaço propício para que novas relações sociais entre os diversos segmentos escolares possam acontecer. E assim com base na Resolução Municipal 001/2013 adotará como ação norteadora os seguintes princípios:

- I - Éticos: de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, gênero, etnia, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;
- II - Políticos: de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade e da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades;
- III - Estéticos: do cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente, a da cultura mineira e nevensense e da construção de identidades plurais e solidárias.

Portanto a escola é antes de tudo um espaço educacional capaz de propiciar aos seus atores o conhecimento de seus deveres e direitos fazendo valer seus interesses econômicos, políticos e sociais. Assim, sua apropriação do saber social adquirido num conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para a construção de uma formação crítica cidadã, contribuirão para sua transformação histórica.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Para cumprir suas finalidades, a Escola Municipal Luiza Augusta Guimarães funciona com a seguinte estrutura administrativa e pedagógica.

| | |
|-------------------------------|----|
| Diretora Escolar | 01 |
| Vice-Direção | 02 |
| Pedagogas | 04 |
| Secretárias | 04 |
| Bibliotecárias | 01 |
| Corpo Docente | 54 |
| Auxiliares de Serviços Gerais | 05 |
| Cantineiras | 05 |
| Porteiros | 02 |
| Monitores de Projetos | 17 |
| Estagiárias de Inclusão | 04 |

A escola atende 411 alunos no primeiro turno e 376 no segundo turno, em 04 (quatro) ciclos de escolaridade, considerados de blocos pedagógicos, ou seja, 03 anos (Ciclo de Alfabetização- 1º, 2º e 3º ano), 02 anos (Ciclo Complementar – 4º e 5º ano), 02 anos (Ciclo Intermediário – 6º e 7º ano) e 02 anos (Ciclo da Consolidação – 8º e 9º ano), conforme tabela abaixo:

Ensino Fundamental - 1º ao 5º Ano

| ANO | TURMA | Nº DE ALUNOS |
|------------|------------------|---------------------|
| 1º | Adélia Prado | 30 |
| 2º | Castro Alves | 16 |
| 2º | Jorge Amado | 19 |
| 3º | Graciliano Ramos | 22 |
| 3º | Mario Quintana | 28 |
| 4º | Machado de Assis | 26 |
| 4º | Eça de Queiroz | 21 |
| 4º | Olavo Bilac | 18 |

| | | |
|----|--------------------|----|
| 5º | Carlos Drummond | 34 |
| 5º | Manuel Bandeira | 31 |
| 6º | Guimarães Rosa | 28 |
| 6º | José de Alencar | 26 |
| 6º | Vinicius de Moraes | 25 |
| 6º | Herbert de Souza | 27 |
| 6º | Cecília Meireles | 25 |

Turno da Manhã (1º turno)

| ANO | TURMA | Nº DE ALUNOS |
|--------------|--------------------|---------------------|
| 6º | Adélia Prado | 32 |
| 7º | Guimarães Rosa | 30 |
| 7º | José de Alencar | 27 |
| 7º | Vinicius de Moraes | 26 |
| 7º | Herbert de Souza | 26 |
| 7º | Cecília Meireles | 26 |
| 7º e 8º(PAT) | Olavo Bilac | 26 |
| 8º | Castro Alves | 28 |
| 8º | Jorge Amado | 27 |
| 8º | Graciliano Ramos | 28 |
| 8º | Mario Quintana | 27 |
| 9º | Eça de Queiroz | 29 |
| 9º | Machado de Assis | 27 |
| 9º | Carlos Drummond | 27 |
| 9º | Manuel Bandeira | 25 |

De com o Regimento escolar implementado pela SMED de Ribeirão das Neves no ano de 2012, foram estabelecidas as atribuições de cada funcionário de acordo com a organização do cotidiano escolar.

Compete à Diretora:

- Planejar todo trabalho escolar;
- Organizar, coordenar, controlar e avaliar os trabalhos educacionais desenvolvidos na Instituição;
- O diretor, terá função específica sendo articulador político, pedagógico e administrativo da escola.
- Administrar o patrimônio da escola, que compreende as instalações físicas e equipamentos materiais;
- Coordenar a administração financeira e a contabilidade;
- Coordenar a administração dos funcionários;
- Favorecer a gestão participativa;
- Gerenciar ações de desenvolvimento dos recursos humanos;
- Orientar o funcionamento da secretaria
- Participar de atendimento escolar no município;
- Representar a escola junto aos demais órgãos do município;
- Coordenar a elaboração, implementação e avaliação do plano de desenvolvimento da escola;
- Elaborar e executar a proposta pedagógica da escola, juntamente com a comunidade escolar;
- Garantir o acesso e a permanência de todos os alunos, evitando a evasão e trabalhando na busca de seu aperfeiçoamento pedagógico, sempre com vistas ao sucesso escolar, entre outros.

Compete ao Vice-diretor:

- Auxiliar o diretor na administração da escola;
- Substituir o diretor em sua ausência;
- Manter o diretor informado sobre a vida escolar e a administrativa;
- Zelar pela boa ordem e disciplina da escola;
- Controlar a pontualidade e assiduidade dos servidores, entre outros.

Compete ao secretário:

- Atender as solicitações dos órgãos competente no que se refere ao fornecimento de dados relativos ao estabelecimento;
- Manter atualizada toda a documentação do estabelecimento sob sua responsabilidade;
- Zelar pela boa ordem da documentação escolar;
- Informa e atender o pessoal docente, discente e administrativo da escola;
- Expedir certidões ou quaisquer documentos oficiais da escola;
- Participar das reuniões do estabelecimento responsabilizando-se pela elaboração das atas quando solicitada pelo diretor, entre outros.

Compete ao responsável pela biblioteca:

- Organizar a biblioteca de forma a facilitar o uso do livro, do vídeo, do retro projetor, assegurando ao usuário um ambiente propicio à reflexão e estimulando-os á criatividade e à imaginação;
- Zelar pela conservação do acervo da biblioteca, orientando o usuário, docente e discente com vista à adequada utilização desse acervo;
- Promover atividades individuais e/ou coletivas especialmente as que estimulem os alunos a escreverem textos, entre outros.

Compete às pedagogas:

- Coordenar o planejamento e implantação do projeto pedagógico da escola, tendo em vista a diretrizes definidas no plano de desenvolvimento da escola;
- Participar da elaboração do plano de desenvolvimento da escola;
- Coordenar a elaboração do currículo pleno da escola, envolvendo a comunidade escolar, entre outros.

Compete ao Docente:

- Realizar o trabalho com a turma, garantindo o cumprimento dos objetivos da educação sistematizada;
- Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- Coordenar os processos de ensino, responsabilizando-se pela disciplina em sala de aula, zelando pela aprendizagem dos alunos;
- Participar ativamente das atividades de articulação da escola com as famílias e a sociedade, comparecer as atividades de caráter cívico, cultural e social promovidos pelo estabelecimento;
- Promover a avaliação contínua do aluno e da turma afim de orientar e planejar o trabalho docente;
- Ministras os dias letivos e horas aulas estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, a avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- Tratar cada aluno com cordialidade e respeito;
- Elaborar os planos de aula, de acordo com o programa da unidade escolar;
- Organizar o trabalho com cuidado especial de forma a atender as diferenças individuais de todos os alunos;
- Debater com seus alunos os resultados das avaliações;
- Estabelecer estratégias de recuperação paralela para os alunos de menor rendimento;
- Levar o conhecimento dos responsáveis pelo turno as faltas não justificadas dos alunos.

CURRÍCULO

Entende-se que o currículo deve ser um conjunto de aprendizagens que levam a criação de conhecimentos significativos, não sendo somente uma organização de conteúdos, mas uma relação de poder entre professor e aluno e também de classes sociais, demandando uma necessidade de padronização do conhecimento a ser ensinado.

Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito. (VEIGA, 2002, p.7)

Sendo assim a E. M. Luiza Augusta Guimarães, busca em seu cotidiano traçar estratégias para alcançar expectativas que solucione as demandas curriculares que são exigidas pelos órgãos públicos dando ênfase a uma educação de qualidade.

De acordo com a Resolução 001/2013 que dispõe, sobre a Organização e o Funcionamento do Ensino Fundamental nas escolas municipais de Ribeirão das Neves, estabelece como currículo a seguinte definição:

Art. 31 O currículo da Educação Básica configura-se como o conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção e a socialização de significados no espaço social, contribuindo, intensamente, para a construção de identidades socioculturais do educando.

§ 1º Na implementação do currículo, deve-se evidenciar a contextualização e a interdisciplinaridade, ou seja, formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos, permitindo aos alunos a compreensão mais ampla da realidade.

§ 2º A interdisciplinaridade parte do princípio de que todo conhecimento mantém um diálogo permanente com outros conhecimentos e a contextualização requer a concretização dos conteúdos curriculares em situações mais próximas e familiares aos alunos.

Segundo as definições de Lalande (1993), o currículo serve para direcionar e operar as decisões de forma coletiva num tipo de homens organizados, ou seja, o currículo se dá em meio a uma construção coletiva e a uma educação democrática.

As escolas Municipais de Ribeirão das Neves seguem um modelo curricular que é padronizado pelo Ceale (Centro de Alfabetização, leitura e escrita) e também o CBC (Conteúdos Básicos Comuns) que foi proposto pela Secretaria de Educação do município sendo o primeiro aplicado nos anos iniciais e o segundo aplicado nos anos finais do Ensino Fundamental. Esses modelos curriculares buscam compreender e intervir nas diferentes realidades dos educandos, entendendo que eles também são os próprios criadores do conhecimento a partir das experiências vividas. Diante disso a escola segue a seguinte estrutura curricular:

Art. 24 Os Componentes Curriculares obrigatórios do Ensino Fundamental que integram as áreas de conhecimento são os referentes a:

I - Linguagens:

- a) Língua Portuguesa;
- b) Língua Estrangeira moderna (Inglês);
- c) Arte, em suas diferentes linguagens: cênicas, plásticas e, obrigatoriamente, a musical;
- d) Educação Física.

II - Matemática.

III - Ciências da Natureza.

IV - Ciências Humanas:

- a) História; b) Geografia; (Resolução 001/2013 Ribeirão das Neves)

Através do acesso aos documentos do Ceale e do CBC é realizado um planejamento anual, que tem como objetivo orientar o trabalho do professor no desenvolvimento das aulas.

O planejamento, com todos os seus componentes, é um guia para o professor e para os alunos e não uma predeterminação rígida das atividades educativas que devem ocorrer na sala de aula.

Na concepção do trabalho da Escola Municipal Luiza Augusta Guimarães o planejamento é fundamental. Ele é um elemento estratégico para organização das ações docentes, que se caracteriza pela intenção de alcançar o máximo de sucesso possível no trabalho educativo, mediante a seleção cuidadosa das atividades, do material necessário, dos esforços, do tempo disponível e dos objetivos a serem alcançados, sendo trabalhados assuntos diversificados e interdisciplinares conforme estabelece a Resolução 001/2013 do município. Lembramos que esse planejamento é flexível, seus objetivos incorporam as necessidades, interesses e projetos surgidos no desenvolvimento. O objetivo do currículo dentro da escola opera-se de forma a criar situações favoráveis para o educador e o educando, pois através dele se tem uma nova forma de aprendizagem a partir da realidade vivida.

Portanto, através do PPP, a escola como uma instituição de ensino que prioriza a construção coletiva do conhecimento, busca organizar o currículo de forma a viabilizar uma maior interdisciplinaridade, assegurando a livre comunicação entre todas as disciplinas.

TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A Escola Municipal Luiza Augusta Guimarães oferta o ensino fundamental (turnos matutino e vespertino), a educação de jovens e adultos (noturno), os programas Mais Educação e Escola Aberta à comunidade dos Bairros Neviana e Jardim Colonial.

Considera que a instituição escolar deve ser entendida enquanto espaço sócio – cultural. E diante disso, compreende seus alunos e professores como agentes sócio - culturais, ou seja, sujeitos que de acordo com Dayrell (2006, pag. 159) são sujeitos sociais que vão reproduzindo e elaborando uma própria cultura.

Ainda de acordo com Dayrell (2006, pag. 160) “a escola propõe ser um espaço de formação ampla do aluno, aprofundando seu processo de humanização, aprimorando as dimensões e habilidades que fazem de cada um de nós seres humanos”. Pois assim, o acesso ao conhecimento, às relações sociais, às experiências culturais diversas podem contribuir como suporte no desenvolvimento singular do aluno como sujeito sócio- cultural, e no aprimoramento de sua vida social.

Dessa forma, a escola busca promover um ambiente escolar que favoreça a autonomia, as trocas de experiências encorajando os alunos a pesquisarem, buscarem soluções, explorarem possibilidades, levantarem hipóteses, justificarem seus raciocínios, validando assim suas próprias conclusões diante da realidade que os cerca.

Nesse ambiente escolar os erros fazem parte do processo de aprendizagem, devendo ser explorados e utilizados de maneira a gerar novos conhecimentos, novas questões, novas investigações.

Os espaços escolares serão vistos pelos alunos como um lugar que tenha sentido para eles, para que possam se engajar em sua própria aprendizagem. De forma que a sala de aula seja um espaço de trabalho estimulante, acolhedor, organizado e alegre. E assim, a organização trabalho na realização das atividades coletivas e /ou individuais garantirá que os alunos se sintam estimulados a participar ativamente.

O Ensino fundamental possui duração de 09 anos, é regulamentado pela Lei nº 11.274/2006 que altera a redação dos Arts. 29, 30, 32 e 87 da LDB Nº 9394/1996.

Esta etapa da educação básica tem suas diretrizes curriculares nacionais fixadas pela Resolução CNE/CEB N°7/2010 e pelo Parecer CNE/ CEB 11/2010, que visam à melhoria da qualidade de ensino com a garantia de acesso e permanência na escola.

De acordo com a Resolução 001/13 do Município em seu art. 21 o Ensino Fundamental, com duração de nove anos, é estruturado da seguinte maneira:

- I – Ciclo de Alfabetização, com a duração de 3 (três) anos de escolaridade, 1º, 2º e 3º ano;
- II – Ciclo Complementar, com duração de 2 (dois) anos de escolaridade; 4º e 5º ano;
- III – Ciclo Intermediário, com duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 6º e 7º ano;
- IV – Ciclo da Consolidação, com duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 8º e 9º ano.

Considerando ainda a Resolução 001/13 a escola entende que:

Art. 22 Os Ciclos de Alfabetização e Complementar devem garantir o princípio da continuidade da aprendizagem dos alunos, sem interrupção, como foco na alfabetização e letramento, ampliando as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, para todos os alunos, imprescindíveis ao prosseguimento dos estudos.

Art. 23 Os Ciclos Intermediário e da Consolidação devem ampliar e intensificar, gradativamente, o processo educativo no Ensino Fundamental, bem como considerar o princípio da continuidade da aprendizagem, garantindo a consolidação da formação do aluno nas competências e habilidades indispensáveis ao prosseguimento de estudos no Ensino Médio.

As aulas do primeiro turno iniciam-se às 07:00 horas e terminam às 11:40 horas. Cada aula possui a duração de 53 minutos e são destinados 15 minutos para recreio, não ocorrendo descontos no tempo para troca de horários dos professores.

No turno da tarde as aulas iniciam-se às 13:00 horas e terminam às 17:30 horas para os alunos do 1º ao 5º ano. Os alunos do 6º entram as 13:00 e saem as 17:40 horas. As aulas também possuem duração de 53 minutos. Entretanto, para uma melhor organização do turno, os alunos são divididos de acordo com suas faixas etárias durante a realização dos recreios.

Quinzenalmente acontece na escola os módulos pedagógicos, pré – estabelecidos pela SMED de acordo com o calendário escolar. Durante a realização dos módulos o corpo docente juntamente com coordenação pedagógica realiza atividades como:

- Planejamento;
- Formação continuada;
- Organização do trabalho coletivo;
- Elaboração de projetos;
- Realização de oficinas;
- Análise dos resultados das avaliações internas e externas;
- Elaboração de planos de intervenção;
- Discussão de leis referentes e relevantes a educação e ao contexto no qual a escola e os professores estão inseridos (Regimento Escolar/PPP/ PDE);
- Reflexão sobre as ações desenvolvidas.

É relevante ressaltar que as reuniões pedagógicas constituem-se em importantes espaços de interatividade num processo de ação- reflexão- ação como base para a estruturação pedagógica da escola.

Quanto ao sistema avaliativo, os alunos durante os bimestres têm novas oportunidades de recuperar os pontos perdidos através de recuperações paralelas. Ao final do ano os alunos que não conseguiram alcançar a média necessária para aprovação participam da recuperação final, onde o professor revê os conceitos trabalhados durante o ano letivo.

A secretaria municipal de educação oferece aos docentes curso de capacitação como: PNAIC – Plano de Nacional de Alfabetização na Idade Certa, PIP – Projeto de Intervenção Pedagógica, Pró-letramento, Pro-gestão e Capacitação para Educação Inclusiva. A participação dos professores nos cursos acontece através de inscrições e de acordo com o campo de atuação de cada um.

A educação de jovens e adultos é oferecida no noturno através de curso presencial que tem como objetivo atender alunos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental na idade certa. Funcionando no horário de 18:00 as 21:00 horas com os alunos e das 21:00 as 22:00 horas apenas para planejamento.

Dentre os projetos oferecidos a escola possui o “*Mais Educação*” e o “*Escola Aberta*”.

O Programa Escola Aberta funciona na escola durante os sábados, no horário de 08:00 às 13:00 horas. Este programa possui 01 coordenador e 03 oficinairos. São oferecidos à comunidade oficinas de crochê, capoeira, decopagem e esporte, (futebol, vôlei e queimada).

O programa Escola Aberta incentiva e apóia a abertura, nos finais de semana de unidades escolares publicas localizadas em territórios de vulnerabilidade social. A estratégia potencializa a parceria entre escola e comunidade ao ocupar criativamente o espaço escolar aos sábados e/ou domingos com atividades educativas, culturais, esportivas, de formação inicial para o trabalho e geração de renda oferecidas aos estudantes e à população do entorno. (Ministério da Educação e Cultura (MEC)).

O Programa Mais Educação é uma iniciativa do Governo Federal que tem como objetivo:

Fomentar atividades para melhorar o ambiente escolar, tendo como base estudos desenvolvidos pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), utilizando os resultados da Prova Brasil de 2005 (...) Por esse motivo a área de atuação do programa foi demarcada inicialmente para atender, em caráter prioritário, as escolas que apresentam baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), situadas em capitais e regiões metropolitanas. (...) Para o desenvolvimento de cada atividade, o governo federal repassa recursos para ressarcimento de monitores, materiais de consumo e de apoio segundo as atividades. (Ministério da Educação e Cultura (MEC)).

O Programa realiza suas atividades em uma casa alugada próxima à escola. Atendendo 60 alunos no período da manhã e 20 alunos no período da tarde. O programa possui uma coordenadora e 13 monitores que trabalham com as oficinas de capoeira, desenho, ginástica rítmica, pintura e letramento, que auxilia na recuperação dos alunos. O cargo de coordenação é assumido por um professor efetivo da rede em desvio de função. Os monitores são selecionados na própria comunidade, de acordo com as aptidões necessárias a função.

PROCESSOS DE DECISÃO

A gestão escolar tem por objetivo envolver todos os segmentos interessados na construção de propostas coletivas, buscando a participação de todos nos processos de decisões da escola. Para Gonçalves e Carmo (2001 p.22) a administração escolar é diferente de qualquer outra administração e muito mais complexa, pois ela envolve não só as crianças, os pais, mestres e funcionários, mas

toda a coletividade e os próprios interesses nacionais. Busca abranger de modo democrático o exercício do poder, incluindo processos de planejamento, tomada de decisões e avaliação dos resultados alcançados.

Uma gestão democrática exige a compreensão dos problemas postos pela prática pedagógica e administrativa. Dessa forma, todo trabalho administrativo ou pedagógico a ser realizado na escola ocorrerá de forma coletiva. No entanto, cabe ao corpo pedagógico criar mecanismos para garantir a participação de todos.

A escola em que trabalhamos não possui uma gestão totalmente democrática, pois não temos muita autonomia para resolver situações problemas. A direção é um cargo de indicação política e esta imposição muitas vezes dificulta a aproximação da comunidade. Mesmo a escola não tendo total autonomia, a direção busca trabalhar de uma forma mais transparente possível, informando a comunidade escolar sobre o que está sendo feito e o que pretende fazer.

A gestão escolar busca parceria com a comunidade e as famílias, pois considera primordial no processo de ensino aprendizagem a participação efetiva dos mesmos. Segundo Joao Ferreira , Karine Nunes e Luiz Fernandes (sd):

A educação pode se entendida como apropriação da cultura, historicamente produzido pelo homem, e a escola enquanto locus privilegiado de produção sistematizado do saber, isso significa que a escola precisa ser organizada no sentido que suas ações, que devem ser eminentemente educativas, atinjam o objetivo da instituição de formar sujeitos concretos: participativos, críticos e criativos.

O Conselho Escolar se reúne sempre que convocado para a prestação de contas e em alguns casos internos, que precisam ser resolvidos com alunos e funcionários. A escola buscará esforços para ampliar a participação da comunidade e criar um grêmio estudantil.

RELAÇÕES DE TRABALHO

No início do ano letivo os gestores se reúnem para uma avaliação da administração anterior e verificar o que cada segmento da escola, pode fazer para melhorar sua atuação, revendo a definição de papéis que competem a cada um. Nesse dia todos ficam cientes de seus deveres e de seus direitos, sempre buscando

atitudes solidárias e participativas, propiciando a construção de novas formas de relações de trabalho, com espaços abertos à reflexão coletiva que fortaleçam o diálogo.

No dia a dia a escola se depara por situações de conflito onde a mediação do educador é fundamental e assume forma de intervenção para resolver a situação de maneira justa. Em uma situação de conflito entre alunos, as pedagogas ou a direção conversam em particular com os discentes, sendo orientadas oralmente para que a situação não se repita. Quando necessário os responsáveis são chamados para junto com a escola buscar soluções para o problema.

As relações professor/aluno são embasadas na confiança e no companheirismo, que são vitais para o sucesso e a satisfação de ambos. Em situações de conflito, direção e coordenação atuam como mediadores solucionando os problemas que aparecem.

Em situações de conflito entre funcionários da escola, a direção chama em particular e conversa com ambas as partes, fazendo uma ata e registrando o ocorrido.

A gestão incentiva os funcionários a participarem dos cursos de capacitação que são ofertados pela SMED. Consideramos que uma educação de qualidade só pode acontecer quando o professor procura melhorar seus conhecimentos buscando novas formas de ensinar e aprender, contribuindo assim, para seu crescimento pessoal e profissional.

A gestão escolar busca valorizar todos os funcionários que trabalham nesta instituição, lembrando das datas comemorativas e realizando eventos para integrar e unir todos os seguimentos da escola. Apesar das dificuldades surgidas no dia a dia, estamos sempre motivando nossos funcionários, mostrando que eles são importantes na construção de um ambiente tranquilo e produtivo

AVALIAÇÃO

A Escola propõe uma avaliação da aprendizagem de caráter diagnóstica, processual, formativa e continua dos alunos, realizada pelos professores, em conjunto com toda a equipe pedagógica da escola. Para isso, utiliza-se de vários instrumentos, procedimentos e recursos no intuito de diagnosticar e realizar

intervenções pedagógicas necessárias ao longo do ano letivo, o que possibilita aos educandos adquirir as competências e habilidades necessárias no ciclo de aprendizagem.

Para a avaliação da aprendizagem, os professores utilizam recursos como: a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, entrevistas, provas, testes, questionários, adequando-os à faixa etária e às características de desenvolvimento do educando. Utilizam a coleta de informações registrando-as através de gráficos e tabelas para o devido acompanhamento do processo de ensino – aprendizagem do aluno, embasado na proposta curricular da escola.

Behrens (2003 p. 89), afirma que o caminho do conhecimento, exige a superação de metodologias que mantêm a ação pedagógica assentada na repetição e na cópia, ou seja, é necessária uma prática pedagógica atuante e pesquisadora que envolva a todos no processo de ensino aprendizagem longe do método tradicional de ler , escrever e repetir.

Apesar dos esforços desta instituição após análise dos diagnósticos internos, constatamos que nossos alunos demonstram baixo rendimento nas mesmas, o que se reflete nas avaliações externas do Sistema Mineiro de Avaliação (SIMAVE). De acordo com a resolução da Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves.

Art. 46 A análise dos resultados da avaliação interna da aprendizagem realizada pela Escola e os resultados do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública - SIMAVE-, constituído pelo Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica - PROEB - pelo Programa de Avaliação da Alfabetização - PROALFA - e pelo Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar - devem ser considerados para elaboração, anualmente, pela Escola, do Plano de Intervenção pedagógica. (2013, pág. 13)

Diante do art. 46, a gestão reuniu todos os envolvidos no processo educacional e propôs as ações de intervenção no Plano de Intervenção Pedagógica, solicitando a secretaria Municipal de Educação professoras dos anos iniciais para atuar como interventora nos anos finais, realizando atendimento no próprio turno.

O que cabe ser avaliado na prática educativa? Dada a forma dinâmica e interdependente do trabalho educativo, a pergunta anteriormente apresentada desperta a atenção para a importância das condições físicas, materiais e da postura democrática dos membros da escola. Além disso, a

ação docente e o desempenho dos estudantes são focalizações importantes compreender o processo de ensino-aprendizagem. Assim, a responsabilidade pela aprendizagem escolar dos estudantes é igualmente dividida entre esses componentes: gestores, professores, estudantes, educadores, não-docentes e pais.(Navarro, pag.1)

As formas e procedimentos utilizados pela escola para diagnosticar, acompanhar e intervir pedagogicamente, no processo educacional precisam expressar claramente o que é esperado do educando em relação à sua aprendizagem. Este acompanhamento é feito através dos registros que acompanham a vida escolar do aluno como: diário, ficha individual e histórico escolar.

A Escola oferece aos alunos diferentes oportunidades de aprendizagem definidas em seu Plano de Intervenção Pedagógica, ao longo de todo o ano letivo. São oferecidos estudos periódicos de recuperação ao longo dos bimestres.

Distribuição de Pontos:

1° bimestre 25 pontos e recuperação paralela

2° bimestre 25 pontos e recuperação paralela

3° bimestre 25 pontos e recuperação paralela

4° bimestre 25 pontos e recuperação paralela

Em cada bimestre serão distribuídos 10 pontos entre avaliação mensal e bimestral e 15 pontos de exercícios e pesquisas propostas pelo professor regente de cada disciplina.

Na recuperação final, com orientação do professor, os alunos realizam um trabalho no valor de 40 pontos e uma prova final no valor de 60 pontos.

O aluno ainda pode utilizar os Estudos independentes caso não consiga a aprovação em todas as disciplinas. Este estudo não conta com a orientação do professor, pois o aluno deve estudar em casa a matéria lecionada durante o ano letivo, comparecendo a escola em janeiro com uma data pré-estabelecida pela SMED para a realização de uma prova no valor de 100 pontos.

Após o aluno concluir todo o processo pode ser matriculado na serie seguinte com progressão parcial em até três disciplinas.

Art. 54 A promoção e a progressão parcial dos alunos do Ensino Fundamental devem ser decididas pelos professores e avaliadas pelo Conselho de Classe, levando-se em conta o desempenho global do aluno,

seu envolvimento no processo de aprender e não apenas a avaliação de cada professor em seu Componente Curricular, de forma isolada, considerando-se os princípios da continuidade da aprendizagem do aluno e da interdisciplinaridade. (2013, pág. 15)

Os resultados da avaliação da aprendizagem devem ser comunicados aos pais em até 20 dias após o término de cada bimestre. A entrega das avaliações e dos boletins ocorre durante uma reunião pedagógica, onde os pais recebem orientação individual, juntamente com os educandos caso necessário.

Apesar dos empecilhos constatamos uma elevação do índice ao analisarmos os gráficos e tabelas dos resultados internos e também externos do SIMAVE 2012.

Diante disso, a evolução da prática social educativa demanda de ações sociais efetivas cujas atuações sejam de relevância social, para uma formação integral e cidadã sem lacunas educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é uma instituição social que tem como objetivos principais a instrução do cidadão e a sua formação. Entretanto, estes objetivos podem ser alcançados com melhor qualidade quando integrados e articulados aos objetivos administrativos.

Por mais que nossa realidade escolar demonstre que há inúmeros problemas a serem superados, acreditamos que as mudanças começarão a serem vislumbradas através da implementação do projeto político pedagógico que visa reorganizar a escola com uma administração participativa, com decisões democráticas dando qualidade em todo o processo de instrução do indivíduo.

Portanto, tendo em vista a riqueza desse projeto iremos implementá-lo de forma coletiva para que todas as propostas e idéias possam ser alcançadas ao longo do trabalho pedagógico, visando buscar dentro do PPP formas para que a educação possa ser de qualidade e democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHRENS, Marilda Aparecida. O paradigma emergente e a prática pedagógica. 3ªed. Curitiba: Champagnat, 2003.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 01 de Maio de 2013.

_____: Lei nº 11.274, de 06 de Fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Brasília, DF, 2006. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm. Acesso em 01 de Maio de 2013.

_____: Parecer CNE/CEB Nº:11/2010, de 7 de Julho de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília, DF, 2010.

_____: Resolução nº7, de 14 de Dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília, DF, 2010. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12992. Acesso em 01 de Maio de 2013.

DAYRELL, Juarez. Múltiplos Olhares sobre Educação e Cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

GONÇALVES, Juçara dos Santos; CARMO, Raimundo Santos do. Gestão escolar e o processo de tomada de decisão. BELÉM /PARÁ. UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA – UNAMA, 2001. Disponível em

<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=3927&advanced=0&paging=&page=1>. Acesso em 10 de Abril de 2013.

LALANDE, André (1993). *Vocabulário técnico e crítico da Filosofia*. São Paulo, Martins Fontes.

LOPES, Noemia. O que é Projeto Político Pedagógico. In: NOVA ESCOLA GESTÃO ESCOLAR, Edição 011, Dezembro 2010/Janeiro 2011.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Programa Escola Aberta. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16739&Itemid=811. Acesso em 18 de Abril de 2013.

_____: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Programa Mais Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=12372&option=com_content&view=article/. Acesso em 18 de Abril de 2013.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola.** 2010. Disponível em http://escoladegestores.mec.gov.br/site/2-sala_projeto_vivencial/pdf/. Acesso em 19 de Outubro de 2012.

OLIVEIRA, João Ferreira; MORAES, Karine Nunes e DOURADO, Luiz Fernandes. *Organização da Educação Escolar no Brasil na perspectiva da gestão democrática*. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=12493>. Acesso em 10 de Fevereiro de 2013.

POLONIA, Ana da Costa; DESSEN, Maria Auxiliadora. *Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola*. In: Revista Psicologia Escolar e Educacional, 2005, Volume 9, Número 2, p.303-312. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script= sciserial&pid=1413-8557&lng= en&nrm=iso.](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciserial&pid=1413-8557&lng=en&nrm=iso)

Acesso em 15 de Março de 2013.

RIBEIRÃO DAS NEVES, Secretaria Municipal de Educação. Organização e o Funcionamento do Ensino Fundamental nas escolas municipais. Resolução 001/2013. Ribeirão das Neves.

_____ : Resolução 001, de 18 de Fevereiro de 2013. Organização e o Funcionamento do Ensino Fundamental nas escolas municipais. 2013

_____ : Projeto Político Pedagógico Escola Municipal Luiza Augusta Guimarães. 2007.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 14ª edição Papyrus, 2002 Disponível em: <http://pedagogia.dmd2.webfactional.com/media/gt/VEIGA-ILMA-PASSOS-PPP-UMA-CONSTRUCAO-COLETIVA.pdf>. Acesso em 01 de Maio de 2013.